

CONSIDERANDO: O Processo nº 490/2017-CMG, datado de 01/08/2017.

RESOLVE:

I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias aos policiais militares abaixo mencionados, por terem seguido viagem para a cidade de São Paulo/SP, a serviço do Governo do Estado.

NOME	MF	CPF	PERÍODO	DIÁRIAS
MAJ PM RG 30326 MARIO LUIS CARDOSO OLIVEIRA	5833132/1	650.284.732-34	24 a 26/07/17	2,5 (alimentação)
CAP PM RG 20913 JOSE JOAO DE AZEVEDO CORRÊA	5405220/1	323.792.772-49	25 a 28/07/17	3,5 (alimentação)
CAP PM RG 30322 JOCILDO PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR	5833086/1	608.190.572-15	25 a 28/07/17	3,5 (alimentação)

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Belém/PA, 04 de agosto de 2017

CÉSAR MAURÍCIO DE ABREU MELLO – CEL QOPM RG 21133

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 212047

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

PORTARIA Nº 074/2017-GVG DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

Fundamento Legal: Lei 5.119, de 16 de maio de 1984.

A CHEFE DE GABINETE DA VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Conceder de acordo com as bases legais vigentes diárias correspondentes ao servidor abaixo relacionado para cobrir despesas com viagem a serviço da Vice-Governadoria do Estado.

CIDADE:PARAUPEBAS/PA

Nome	Matrícula	CPF	Período	Diárias
MAJ PM Fábio Ricardo Valcárcio dos Santos	5842255/1	511.881.122-87	03 a 06/08/2017	03 (alimentação)

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ELLEN MOREIRA

Chefe de Gabinete

Protocolo: 212006

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PORTARIA

PORTARIA Nº 498/2017-PGE.G., de 04 de agosto de 2017.

O Procurador-Geral do Estado, no uso de suas atribuições legais...

CONSIDERANDO a ocorrência narrada no e-mail de 30.06.2017, endereçado a Procuradora-Geral Adjunta Administrativa;

CONSIDERANDO que o relato indica possível falta do dever de urbanidade que rege a atuação dos servidores públicos (art. 177, II da Lei nº 5.810/94);

CONSIDERANDO o artigo nº 199 da Lei Estadual nº 5.810/94, que obriga a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público a promover a sua apuração imediata;

RESOLVE:

I - Instaurar Sindicância Investigativa, para apurar a ocorrência narrada no e-mail de 30.06.2017, endereçado a Procuradora-Geral Adjunta Administrativa;

II - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão Sindicante:

Nome	Id. Funcional	Cargo	Função
Ieda Andrade Fernandes	54183840/2	Técnico De Procuradoria	Presidente
Ana Rita Fagundes Ferreira Cardoso	55586805/2	Técnico De Procuradoria	Membro
Brunna Valescka De Carvalho Silva	57175437/3	Técnico De Procuradoria	Membro
Cintia Helena Castro Malcher	55589373/1	Auxiliar De Procuradoria	Suplente
Saritta Nicolly Damasceno Sousa	57205108/1	Técnico De Procuradoria	Suplente
Samira Hachem Franco Costa	57206455/1	Técnico De Procuradoria	Suplente

III - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado por igual período de acordo com o parágrafo único do art. 201, da Lei nº 5.810/94;

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR

Procurador-Geral do Estado

Protocolo: 211916

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 021/2016-PGE

Objeto: **O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência por 12 (doze) meses do Contrato nº 021/2016-PGE.**

Dotação Orçamentária: **UG 25103 FUNPGE; Funcional Programática: 25101.03.128.1424.6077; Elemento de Despesa: 339039; Fonte de Recursos: 0140**

Vigência: **12/08/2017 à 12/08/2018**

Data da Assinatura: **02/08/2017**

Contratada: **LEX EDITORA S.A.**

CNPJ/MF nº **61.160.768/0001-17**

Endereço: **Rua da Consolação, nº 77, 6º andar, Bairro**

Centro, CEP: 01.301-000, São Paulo/SP

Ordenador de Despesa: **OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE**

JUNIOR, Procurador-Geral do Estado

Protocolo: 211887

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2017

PARTES: O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.921.759/0001-59 e a empresa MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF nº 07.777.721/0001-51.

DO OBJETO DO CONTRATO: Assinatura da WEB Licitações e Contratos Administrativos.

VALOR: R\$ 900,00 (novecentos reais).

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: A presente contratação fundamenta-se no artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, considerando a exclusividade da edição, comercialização e distribuição.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Funcional Programática nº 25101.03.122.1424.8237 Elemento de despesa: 339039, Fonte: 0340.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Ophir Filgueiras Cavalcante Junior - Procurador-Geral do Estado

FORO: Belém - Estado do Pará.

DATA: 02 de agosto de 2017.

OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR

Procurador-Geral do Estado

Protocolo: 211883

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2017

PARTES: O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.921.759/0001-29 e empresa ARMANDO MITSUAKI NAKAMARU, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF nº 83.898.957/0001-24.

DO OBJETO DO CONTRATO: prestação de serviços de manutenção do sistema SC&DP (Sistema de Controle de Distribuição de Processos) - PGE, para realizar o serviço mensal de garantia de evolução tecnológica, suporte técnico e manutenção pós - implementação do Upgrade do Sistema SC&DP.

VALOR: valor global do contrato será de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), a serem pagos em 12 (doze) parcelas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: A presente contratação fundamenta-se no artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: funcional programática: nº 25101.03.126.1424.8238, Elemento de despesa: 339039, Fonte: 0101.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR- Procurador-Geral do Estado.

FORO: Belém - Estado do Pará.

DATA: 04 de Agosto de 2017.

OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR

Procurador-Geral do Estado

Protocolo: 211922

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Procurador-Geral do Estado do Pará, resolve ratificar o Termo de Inexigibilidade de Licitação Nº 004/2017 para a contratação de empresa para atender as necessidades da Procuradoria-Geral do Estado, através da empresa ARMANDO MITSUAKI NAKAMARU, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 83.898.957/0001-24.

Valor: o valor global do contrato será de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), a serem pagos em 12 (doze) parcelas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais.

Belém (PA), 04 de Agosto de 2017.

OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR

Procurador-Geral do Estado

Protocolo: 211932

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Procurador-Geral do Estado do Pará, resolve ratificar o Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 005/2017 para a contratação de empresa para atender as necessidades do Centro de Estudos da PGE, através da empresa MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA.

Valor Global: R\$ 900,00 (novecentos reais).

Belém (PA), 02 de agosto de 2017.

OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR

Procurador-Geral do Estado

Protocolo: 211886

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 493/2017-PGE.G., 03 de agosto de 2017.

A Procuradora-Geral Adjunta Administrativa, no uso das suas atribuições legais...

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.180/2008 e a Portaria 444/2015;

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor Laurimarcio da Cruz Figueira, Assistente Administrativo, Id. Funcional nº 57215238/1, portador do CPF nº 632.957.922-91, Suprimento de Fundos no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), o qual deverá observar a classificação orçamentária abaixo:

25101.03.092.1424.6806 – 339039 – R\$ 1.500,00

O Prazo para aplicação deverá ser de 60 (sessenta) dias, a contar da data da emissão da ordem bancária, devendo a prestação de contas ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, após o término da aplicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

SORAYA FERNANDES DA SILVA LEITÃO

Procuradora-Geral Adjunta Administrativa

Protocolo: 211748

DIÁRIA

PORTARIA Nº 494/2017 – PGE.G., 03 de agosto de 2017.

A Procuradora-Geral Adjunta Administrativa, no uso das suas atribuições legais...

CONSIDERANDO o art.145 da Lei 5.810/94;

RESOLVE:

CONCEDER, de acordo com o decreto 2.819 de 06.09.94, ½ diária aos servidores Luciana Cristina Brito, Procuradora do Estado, Id. Funcional 5930954/1 e Kaldy Ney Pinto Barbosa, Motorista, Id. Funcional 55589380/1, para comparecimento em audiência referente ao processo 08003980420178140049, no dia 03.08.2017.

Local de origem: Belém/PA

Local de destino: Santa Izabel/PA

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

SORAYA FERNANDES DA SILVA LEITÃO

Procuradora-Geral Adjunta Administrativa

Protocolo: 211743

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Termo Aditivo: 002

Contrato: 005/2015-AGE.

Exercício: 2015.

Data da Assinatura: 01/08/2017.

Vigência: 03/08/2017 a 02/08/2018.

Valor Global: R\$ 69.485,00.

Objeto: Este 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 005/2015-AGE, oriundo do Pregão Eletrônico Nº 002/2015-AGE, tem por objeto:

1. Prorrogar o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, a partir de 03/08/2017;

2. A renúncia ao direito de reajuste anual pela Contratada, fica mantido o valor mensal para a execução dos serviços contratados em R\$ 5.790,42 (cinco mil, setecentos e noventa reais e quarenta e dois centavos) e global em R\$ 69.485,00 (sessenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais), em atendimento ao Art. 19 do Decreto Nº 1.739/2017, de 07 de abril de 2017.

Contratado: M.K.R. PESSOA-ME.

CNPJ/MF Nº 12.202.614/0001-35

Endereço: Avenida 26 de julho, Nº 960-A, Bairro Novo Buritizal,

CEP: 68904-630, Macapá/AP

Orçamento:

Programa: 041221297840900

Fonte: 0101006360

Natureza da Despesa: 339037

Fiscal do Contrato: Vera Lúcia Silva da Costa, Matrícula

Nº 5140889/1, CPF: 398.880.532-72, lotada na Gerência

Administrativa